



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/07/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	1

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Injustiça fiscal

Os brasileiros pagam 63 tributos divididos em impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais. São pagamentos obrigatórios feitos ao Estado, cujo retorno em serviços à população é baixíssimo mesmo com os sucessivos recortes de arrecadação tributária.

Ao contrário de países como Suécia, Suíça, Noruega, Estados Unidos, Japão e Irlanda – onde o tratamento dado aos recursos públicos é sério e o dinheiro dos tributos é aplicado na qualidade de vida dos cidadãos – temos um sério problema de administração pública.

Não há comprometimento do Governo em devolver à população um serviço público de qualidade, usando corretamente o dinheiro dos tributos em serviços fundamentais para a qualidade de vida do cidadão. Estamos na última posição no uso correto dos impostos arrecadados, à frente dos 30 países que possuem as maiores cargas tributárias no mundo.

Países da América Latina como Uruguai e Argentina fazem melhor uso dos tributos arrecadados que o Brasil, onde a carga tributária corresponde a quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB), um percentual considerado muito alto.

Segundo especialistas, quando a carga tributária passa de 20% do PIB, começa a afetar todo um sistema, gerando desmotivação social, afetando o bem estar e até o psicológico das pessoas.

Os melhores exemplos no mundo em retorno dos tributos em forma de serviço para a população são os Estados Unidos, Japão, Irlanda e Coreia do Sul.

Nos países que integram o BRICS – grupo de países emergentes composto pela Rússia, Índia, China, África do Sul, além do Brasil – os impostos cobrados têm índices bem menores que os nossos. A diferença é muito grande. Na Rússia, eles equivalem a 23% do PIB, e na Índia a 12,1%.

O peso dos impostos no bolso dos brasileiros chegou a 34,41%. Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Espanha e Suíça o impacto dos tributos na renda dos seus habitantes atingiram os percentuais de 26,9%, 33% e 29,4%, respectivamente.

O contribuinte brasileiro, de maneira geral, paga mais impostos indiretos, ou seja, aqueles em que a tributação está incluso no valor da mercadoria. O imposto indireto sai muito caro para o brasileiro.

Para se ter uma ideia, das ligações telefônicas que fazemos, 92% do custo são de impostos. Na compra de medicamentos pagamos os 56,25% de impostos e na conta de luz 85%. Um absurdo.

Poucos sabem, mas 17% do preço da carne bovina são impostos, o mesmo volume de tributos que incidem sobre um saco de arroz. No caso do café, bebida tradicional do brasileiro, o imposto sobe para 20%.

Para mercadorias com tecnologia mais avançada, como computador e telefone celular, a carga tributária alcança 40%. De cada R\$ 100,00 que o consumidor brasileiro gasta, R\$ 41,00 vai para o pagamento de impostos. Isso é uma média e vai depender da renda. Quanto maior a renda, mais tributos.

Como já foi mencionado, todos esses impostos são indiretos, já que o brasileiro já tem parte do seu salário retido na fonte por causa do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

Nos Estados Unidos e na Europa, a sistemática de tributação é inversa, pois tributa-se mais a renda e o patrimônio e menos o consumo. Já no Brasil, o sistema tributário afeta fortemente o consumo, havendo com isso uma injustiça fiscal.

Assim, uma pessoa de renda baixa e uma de renda alta pagam o mesmo valor absoluto em tributos. Um trabalhador que ganha um salário mínimo vai pagar o mesmo valor de tributos que o dono da empresa onde ele trabalha paga.

O problema é que o brasileiro muitas vezes nem sabe pelo que está pagando. Cobra-se tantos tributos que a maioria da população nem sabe que paga, num sistema concentrado em tributos regressivos e indiretos, justamente os que oneram mais os trabalhadores e os pobres. Em imposto aduaneiro, por exemplo, pagamos frete adicional para a renovação da Marinha Mercante. As pessoas nem sabem o que é isso e muito menos que esse imposto é cobrado ao contribuinte.

Nas prateleiras de supermercados dos Estados Unidos, os consumidores têm acesso ao preço dos produtos e também ao valor dos impostos sobre o mesmo. Os estabelecimentos comerciais discriminam na nota fiscal o que é tributo e o que é o preço efetivo do produto. Aqui tem uma lei que estabelece essa regra, mas os estabelecimentos comerciais simplesmente ignoram e não respeitam a norma.

No Reino Unido, um turista pode solicitar reembolso dos tributos pagos por eletroeletrônicos, por exemplo, por ser considerado que pagou por uma melhoria da qual não vai usufruir. O mesmo não acontece aqui. No Brasil, falta prestação de contas e falta transparência na hora da incidência. Como o valor do tributo não consta na nota fiscal, o consumidor nem sabe que está pagando não tem como cobrar pelo retorno daquilo.

O Brasil tem um sistema tributário cheio de distorções. É o país onde se gasta mais horas de trabalho para pagar tributos. O pagamento da carga tributária no país consome 2,6 mil horas de trabalho por ano, quase o dobro do segundo colocado no ranking mundial – a República dos Camarões, na África – onde são gastas 1,4 mil horas para pagar tributos.

Na outra ponta estão os países onde se gasta menos ou quase nada de horas para pagar tributos. Estão nesse grupo a pequena Maldivas, onde não se gasta sequer uma hora para pagar tributos, Emirados Árabes Unidos (12 horas), Bahrein e Catar (ambos com 36 horas), Bahamas (58 horas), Luxemburgo (59 horas), Omã (62 horas), Suíça (63 horas), Nova Zelândia (70 horas) e a Macedônia (75 horas).